



Uma abordagem semiótica da messianidade de Portugal em *Mensagem*, de Fernando Pessoa

Clebson Luiz de Brito*

Glaucia Muniz Proença Lara**

Resumo: À luz de contribuições provenientes da Semiótica Francesa, abordamos, no presente artigo, a obra *Mensagem*, do poeta português Fernando Pessoa, tomando como unidade de sentido o conjunto de poemas que integram a referida obra. Nosso objetivo é examinar como se estrutura a elaboração poética do messianismo português na retomada da história de Portugal por Pessoa. Nesse sentido, pretendemos demonstrar que o discurso do poeta esteia-se sobre um contrato transcendente que distingue Portugal das demais nações, contrato esse que se revela, sobretudo, no uso reiterado das etapas narrativas da manipulação e da sanção.

Palavras-chave: *Mensagem*; Fernando Pessoa; messianismo português; semiótica.

Introdução

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a obra *Mensagem*, de Fernando Pessoa, publicada em 1934 e composta por quarenta e quatro poemas. Organizado pelo próprio poeta, esse conjunto de textos apresenta três partes: a primeira, chamada “Brasão”, contém uma série de poemas marcados pela referência a reis e príncipes tidos como fundadores de Portugal; a segunda, denominada “Mar Português”, é aquela em que se retomam nos textos os heróis portugueses da expansão ultramarina; e a terceira, cujo título é “O Encoberto”, fecha a obra com poemas que remetem ao desejo de retomada da proeminência de Portugal no cenário mundial (Ferraz, 2010, p. 110-112).

Essa organização dá forma a um triplo e articulado movimento na obra, que retoma o passado de Portugal e projeta seu futuro, ao mesmo tempo em que constrói um presente de espera messiânica. É nesse “movimento” que reside nosso

DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2019.155343

* Docente do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil. Endereço para correspondência: (clebsonlb@gmail.com). ORCID iD: (<https://orcid.org/0000-0002-3972-0887>)

** Docente da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil. Endereço para correspondência: (gmplara@gmail.com). ORCID iD: (<https://orcid.org/0000-0003-3813-1850>)

interesse, já que ele manifesta o que se pode entender como uma (re)elaboração poética para o messianismo português: os poemas de *Mensagem* se debruçam sobre a história e o destino de Portugal assentados em uma crença messiânica que atravessa toda a obra.

O messianismo português, como explicam Emery e Pereira (2015, p. 19), tem início com o caráter mítico de que se revestiu a própria fundação de Portugal como nação. A vitória de Afonso Henriques em uma expedição do outro lado do Tejo, em 1139, no âmbito da Reconquista, ensejou sua autoproclamação como rei de Portugal, o que, no imaginário messiânico português, passou a ser tomado, anos mais tarde, como uma manifestação da intervenção divina na fundação do reino. Essa interpretação mítica, por sua vez, serviria de fundamento para uma crença em um lugar reservado por Deus a Portugal, lugar que asseguraria seja sua independência em relação à Espanha, seja ainda seu papel de liderança em um projeto divino para a humanidade.

Nesse sentido, o messianismo português valeu-se, em especial, da inspiração do poeta popular Gonçalo Anes Bandarra, que, no século XVI, anunciava nas suas trovas a unificação política e religiosa do mundo por um rei português: o rei encoberto, posteriormente associado, sobretudo, à figura de D. Sebastião, em virtude de seu desaparecimento na Batalha de Alcácer-Quibir (Haran, 1995, p. 61-63 tomo I). O Sebastianismo e a espera messiânica do rei destinado a levar a nação portuguesa a cumprir um destino grandioso enriquecem, assim, o messianismo português com mais um componente mítico constantemente evocado pelas gerações seguintes. Dessa tradição, tornou-se exemplo célebre Padre Vieira, que defendeu, em obra profético-messiânica, a iminência do cumprimento, no século XVII, daquilo que tinha sido “profetizado” por Bandarra no século anterior sobre o advento do Quinto Império, que seria, na tese defendida pelo jesuíta, um futuro império cristão terrestre liderado por Portugal (ver Vieira, 2015).

Mensagem participa desse imaginário messiânico português, dando-lhe voz por meio de seus poemas. Como defende Quesado (1999, p. 29), a referida obra de Fernando Pessoa toma “o mito messiânico como metáfora estruturante do sentido”. Daí nosso interesse em estudá-la, considerando, para tanto, o conjunto de poemas como unidade de análise.

Na próxima seção, apresentaremos brevemente algumas noções e categorias oriundas da Semiótica Francesa (ou greimasiana), teoria que nos serve de base, para compreender como se dá a retomada messiânica da história portuguesa nos poemas de *Mensagem*. Privilegiaremos, nessa exposição, as estruturas da organização narrativa, que, como se verá, são fundamentais para a compreensão que buscamos.

A narratividade na Semiótica Francesa

As estruturas narrativas são entendidas como uma organização de mediação entre as estruturas fundamentais e as discursivas, o que implica que ela é anterior à manifestação e às restrições impostas pelo plano de expressão (verbal, visual, sincrético etc.). O nível narrativo apresenta-se, por isso, como uma organização abstrata (embora em menor grau do que o nível fundamental) e mais ou menos previsível no que diz respeito às transformações passíveis de ocorrer nos discursos,

bem como suas motivações e desdobramentos.

Neste trabalho, interessa-nos, em especial, as etapas ou programas narrativos (abreviadamente, PNs) que integram, no âmbito do componente sintático¹, o chamado esquema narrativo canônico. Essas etapas correspondem a diferentes tipos de transformação que dão a uma sequência narrativa um caráter de totalidade acabada, ainda que possam ficar implícitas em dado texto (Bertrand, 2003, p. 41). O primeiro PN é a manipulação, fase de estabelecimento de um contrato entre um destinador (manipulador) e um destinatário-sujeito. O segundo é a competência, fase em que o sujeito, já manipulado, se habilita para a ação visada no contrato. O terceiro é a performance, etapa em que se realiza a transformação principal da narrativa, o que pode se dar pelo confronto entre o sujeito operador e seu oponente (antissujeito). A quarta e última etapa é a sanção, na qual o destinador (julgador) reconhece (sanção cognitiva) a atuação do sujeito, podendo ainda este ser alvo de uma retribuição positiva ou negativa (sanção pragmática).

Para que as etapas apontadas se sucedam, é preciso que haja, além de uma relação entre sujeito e objeto – relação que dá existência semiótica (ser) ao primeiro –, determinadas qualificações por parte daquele que é responsável pela transformação (fazer) básica da narrativa (Greimas, 1983, p. 97). Isso é examinado, no âmbito do componente semântico, em termos de modalizações (/dever/, /querer/, /poder/ e /saber/) pelo ser (incidindo sobre a relação sujeito/objeto) e pelo fazer (incidindo sobre o sujeito operador²).

É preciso abordar ainda duas questões relevantes: em primeiro lugar se, por um lado, o contrato de que fala a semiótica configura uma espécie de proposta do destinador para que o destinatário-sujeito faça algo e espere ao final o reconhecimento e mesmo uma retribuição pela sua performance, por outro, não se trata necessariamente de um contrato real, mas algo baseado em imagens e valores que os sujeitos atribuem uns aos outros. Isso abre a possibilidade de que, por exemplo, o contrato seja tomado como existente pelo destinatário-sujeito, mas não por aquele que se tem como destinador, razão pela qual, no âmbito da teoria, fala-se também em simulacro de contrato.

Em segundo lugar, cabe ressaltar que as etapas da manipulação e da sanção ensejam um fazer interpretativo (correlato a um fazer persuasivo), o que tem implicações importantes. Na manipulação, é preciso que o destinatário do fazer persuasivo avalie (interprete) o sistema de valores do contrato proposto, ao passo que, na sanção, cabe ao destinador-julgador avaliar a conformidade da performance do sujeito com os valores desse contrato. Esses dois PNs, portanto, uma vez que envolvem o /crer/, revelam os valores que se tomam como referência em uma dada narrativa.

Por meio das categorias brevemente descritas, que mobilizaremos na análise

¹Os níveis fundamental, narrativo e discursivo formam o percurso gerativo de sentido, modelo que simula a produção e a interpretação do plano de conteúdo de um texto. Cada um desses patamares apresenta um componente sintático (o conjunto de mecanismos que ordena os conteúdos) e um componente semântico (os conteúdos investidos nos arranjos sintáticos) (cf. Fiorin, 1989, p.18-19).

²Lembramos que o sujeito pode ter dois papéis actanciais distintos no nível narrativo: o de sujeito de estado, aquele que entra em junção (conjunção ou disjunção) com um dado objeto de valor, ou o de sujeito de fazer (ou sujeito operador), o que opera as transformações. Esses dois actantes podem ser sincretizados (ou não) em um mesmo ator do nível subsequente: o discursivo.

dos poemas, pretendemos demonstrar que a exploração dos PNs de manipulação e de sanção (sintaxe narrativa), bem como das modalidades do /querer/, /dever/, /poder/, /saber/fazer ou ser (semântica narrativa), pode ser observada em diferentes textos da obra, dando sentido à ideia de um contrato transcendente que responde pelo messianismo português na obra.

Análise dos textos

Nesta análise serão contemplados diferentes poemas de distintas partes do livro *Mensagem*, a saber: “Ulisses”, “O das Quinas”, “D. Fernando Infante de Portugal”, “O dos Castelos”, “O Ocidente”, “Mar Português”, “O Infante”, “Os Colombos” e “Prece”. Esses textos, de diferentes maneiras, esteiam-se sobre um simulacro de contrato entre o sujeito *nação portuguesa* e um destinador transcendente, divino, o que pode ser observado seja pela expressão de um *dever* assumido pelo sujeito, seja pela sanção (positiva) por ele aguardada, seja ainda pela possibilidade de sanção (negativa) do antissujeito, que é tomado como fora do quadro de valores do contrato proposto pelo destinador.

Nessa perspectiva, o que esse simulacro de contrato envolve pode ser considerado como uma elevação, uma proeminência de Portugal em relação às demais nações. Com efeito, diversos poemas atribuem a Portugal, quando de sua constituição, uma origem transcendente por meio da qual a instância divina singulariza essa nação entre as outras, transformando-a em seu representante na Terra.

Essa ideia de um contrato entre o sujeito Portugal e um destinador transcendente ou divino pode ser observada já nos primeiros poemas da obra, que parecem resumir o sistema de valores em jogo. Podemos ver neles uma distinção, por assim dizer, fundadora, que parece corresponder ao início do contrato em questão, determinando as ações do sujeito. Esse é o caso do poema “Ulisses”:

Primeiro
ULISSES

O mito é o nada que é tudo.
O mesmo sol que abre os céus
É um mito brilhante e mudo?
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo.

Este, que aqui aportou,
Foi por não ser existindo.
Sem existir nos bastou.
Por não ter vindo foi vindo
E nos criou.

Assim a lenda se escorre

A entrar na realidade,
E a fecundá-la decorre.
Em baixo, a vida, metade
De nada, morre.
(Pessoa, 2010, p. 23)

“Ulisses” é, na retomada poética da história da nação portuguesa em *Mensagem*, uma espécie de mito fundador. Trata-se de uma retomada poética da lenda de que o personagem da *Iliada* e da *Odisseia* teria fundado Lisboa. O poema apresenta, no que seria a origem mítica de Portugal, uma espécie de fusão dos planos transcendente (lenda/mito) e real, o que singulariza a nação portuguesa (referida como um nós: “nos bastou”; “nos criou”) em relação a outros povos.

A fusão entre o plano transcendente e o real se revela em múltiplos oxímoros e outras formas de coexistência de contrários: nada/tudo; brilhante/mudo (manifesto/não manifesto); corpo morto/vivo; por não ser/existindo (imaginário/real); sem existir/bastou (imaginário/real); não ter vindo/foi vindo (inércia/movimento, ação). É essa origem singular, tanto real quanto transcendente, que vai, na obra, dar início à retomada messiânica da história de Portugal, que passa a ser apresentada como uma nação eleita pela instância divina.

Isso fica mais evidente no poema “O das Quinas”, que relaciona a trajetória de Portugal com a do Cristo:

SEGUNDO
O DAS QUINAS

Os Deuses vendem quando dão.
Compra-se a glória com desgraça.
Ai dos felizes, porque são
Só o que passa!

Baste a quem baste o que lhe basta
O bastante de lhe bastar!
A vida é breve, a alma é vasta:
Ter é tardar.

Foi com desgraça e com vileza
Que Deus ao Cristo definiu:
Assim o opôs à Natureza
E Filho o ungiu.
(Pessoa, 2010, p. 20)

Esse poema ressalta o valor do sofrimento, marca de um simulacro de contrato entre o destinador Deus e um sujeito tido como eleito. Veja-se que há uma doação pelo primeiro, que implica um dever para o segundo (“Os deuses vendem quando dão”), sem o qual não se tem direito à retribuição (“Compra-se a glória com desgraça”). Há, por isso, a ideia de uma espécie de prova que implica suportar o sofrimento para merecer a aguardada retribuição. Os versos finais, por sua vez, evocam o exemplo prototípico do Cristo para reafirmar o sistema de valores do contrato de que Portugal é também partícipe (“Foi com desgraça e com vileza / Que deus ao Cristo definiu / Assim o opôs à Natureza / E Filho o ungiu”).

O simulacro de contrato entre o destinador-manipulador Deus e o sujeito Portugal perpassa a obra como um todo. Esse é o caso de vários poemas da primeira parte (“Brasão”) que ressaltam a atuação divina na constituição e na consolidação do Império Português, isto é, a doação divina que estabelece o contrato com esse povo. Por questão de espaço, vamos nos limitar a evocar brevemente alguns versos de poemas que confirmam essa ideia.

Em “O Conde D. Henrique” (Pessoa, 2010, p. 25), texto que leva o nome do conde de Portucale, pai de Afonso Henriques (o já citado fundador do Reino de Portugal), encontramos o verso: “Deus é o agente” , por meio do qual se atribui ao destinador divino a origem da nação portuguesa. O poema “D. Tareja”, que leva o nome da esposa de D. Henrique, vai no mesmo sentido. Nele encontramos o verso: “O que, imprevisto, Deus fadou”, em uma referência à criação do seu (de D. Tareja) filho Afonso Henriques, que representa metonimicamente o Império Português. Outro exemplo pode ser encontrado no texto “D. João O Primeiro”, chamado em determinados versos: “Mestre sem o saber, do Templo / Que Portugal foi feito ser”. Esses são casos, entre outros contidos na coletânea, que permitem perceber que se atribui à nação portuguesa um surgimento singular, promovido por um destinador transcendente, que estabeleceria, com isso, um contrato com aquele sujeito.

É esse simulacro de contrato que leva o sujeito, alvo da doação divina (relativa à origem e à consolidação de Portugal como império), a assumir um dever fazer. Isso é o que destaca, por exemplo, o poema que segue:

SEGUNDA

D. FERNANDO

INFANTE DE PORTUGAL

Deu-me Deus o seu gládio porque eu faça

A sua santa guerra.

Sagrou-me seu em honra e em desgraça,

Às horas em que um frio vento passa

Por sobre a fria terra.

Pôs-me as mãos sobre os ombros e doirou-me

A frente com o olhar;

E esta febre de Além, que me consome,
E este querer grandeza são seu nome
Dentro em mim a vibrar.

E eu vou, e a luz do gládio erguido dá
Em minha face calma.
Cheio de Deus, não temo o que virá,
Pois, venha o que vier, nunca será
Maior do que a minha alma.
(Pessoa, 2010, p. 34)

No poema em questão, observamos, em termos narrativos, uma doação de competência modal ao sujeito (“Deu-me Deus o seu gládio ...”), que é concretizada como um ritual de sagração (“Sagrou-me; Pôs-me as mãos sobre os ombros e doirou-me / A fronte com o olhar”). Decorre daí a instauração de um dever fazer por parte do destinador (“...porque [com sentido de: para que] eu faça /A sua santa guerra”) que o sujeito assume como querer (“E esta febre de Além”; “este querer grandeza”).

O percurso do sujeito no texto está, como se vê, ligado a um contrato com um destinador divino, que implica, ao mesmo tempo, desgraça e honra (“Sagrou-me seu em honra e em desgraça”). Essa organização narrativa está, assim, na base da tematização da partida para a batalha contra os árabes por Fernando, infante de Portugal, também chamado de Infante Santo, justamente por ele ter caído em cativo e morrido nas mãos dos inimigos³.

O que podemos notar até aqui é que o sujeito Portugal assume, com base no simulacro de contrato com o destinador (manipulador), um dever fazer, entendido como atuação enquanto representante de Deus na Terra. Nesse sentido, se a guerra santa (a luta contra os árabes) é tida como parte de uma performance própria de um sujeito que age em nome de um destinador divino, as descobertas da navegação de Portugal também vão integrar o percurso narrativo do sujeito, ligado ao contrato que explicitamos. Isso é o que se pode ver no poema “Ocidente”, que dialoga com o poema que abre a coletânea: “O dos castelos”. Reproduzimos ambos os poemas a seguir:

O DOS CASTELOS

A Europa jaz, posta nos cotovelos:
De Oriente a Ocidente jaz, fitando,
E toldam-lhe românticos cabelos
Olhos gregos, lembrando.

O cotovelo esquerdo é recuado;

³As informações apresentadas, bem como aquelas referentes a outros personagens históricos citados ao longo das análises deste trabalho, foram retiradas das notas de Aluizio Leite no livro de Pessoa (2010, p. 48-50).

O direito é em ângulo disposto.
Aquele diz Itália onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se apoia o rosto.

Fita, com olhar 'sfíngico e fatal,
O Ocidente, futuro do passado.

O rosto com que fita é Portugal.
(Pessoa, 2010, p. 19)

VII OCIDENTE

Com duas mãos – o Acto e o Destino –
Desvendamos. No mesmo gesto, ao céu
Uma ergue o facho trêmulo e divino
E a outra afasta o véu.

Fosse a hora que haver ou a que havia
A mão que ao Ocidente o véu rasgou,
Foi alma a Ciência e corpo a Ousadia
Da mão que desvendou.

Fosse Acaso, ou Vontade, ou Temporal
A mão que ergueu o facho que luziu,
Foi Deus a alma e o corpo Portugal
Da mão que o conduziu.
(Pessoa, 2010, p. 62)

O primeiro poema descreve a Europa e tematiza o desconhecimento desta em relação ao Ocidente, o qual ela “Fita, com olhar 'sfíngico e fatal”, antes da expansão ultramarina. Nesse corpo-Europa, cabe ao rosto-Portugal a atitude de inclinação para o Ocidente (“O rosto com que fita é Portugal”), o que parece antecipar, na abertura de *Mensagem*, aquilo que se destaca na segunda parte (“Mar Português”): a proeminência do país no período de expansão ultramarina. No segundo texto, o Ocidente já está desvendado, em uma performance realizada pelo sujeito portugueses (o nós de “Desvendamos”), em função do já citado simulacro de contrato que os coloca como representantes de Deus na Terra (“Foi Deus a alma e o corpo Portugal”).

Os poemas apresentam ainda um quê de fatalismo: em “O dos Castelos”, no “olhar esfíngico e fatal” em direção ao Ocidente que se desvendaria depois; em “Ocidente”, na referência ao Destino, já no primeiro verso. Revela-se aí um sujeito

cujo percurso narrativo está relacionado ao projeto de um destinador divino (“Foi Deus a alma e o corpo Portugal”). Isso é ressaltado, em especial, no célebre poema “Mar Português”.

X

MAR PORTUGUÊS

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.
(Pessoa, 2010, p. 66)

Esse poema relaciona o PN de conquistas da navegação portuguesa ao contrato com a instância divina. Tal contrato, que se inicia com uma presumida eleição dos portugueses como representantes de Deus na Terra, é retomado agora em uma sanção. Nela o narrador, na condição de destinador-julgador-delegado, reconhece a realização da performance (“Para que fosses nosso, ó mar!”) em conformidade com os valores do contrato estabelecido com o destinador-manipulador (Deus), o que implica um resultado conquistado com sofrimento (“lágrimas de Portugal”; “mães que choraram”; “filhos em vão rezaram”; “noivas ficaram por casar”).

Dialoga-se, assim, com os versos-máxima do já examinado poema “O das Quinas”: “Os Deuses vendem quando dão/ Compra-se a glória com desgraça”. Em “Mar Português”, os versos são: “Deus ao mar o perigo e o abismo deu/ Mas nele é que espelhou o céu” A performance do sujeito, por isso, exige um suportar (figurativizado como “passar além da dor”), sem o qual não se pode ter a glória (figurativizada como “passar além do Bojador”). Todos esses elementos evocam o já citado contrato entre o sujeito Portugal e o destinador Deus, no qual este doa uma competência modal àquele, que deve, por isso, levar a cabo a performance esperada (realizar grandes feitos) e aguardar posteriormente a sanção. Um poema que expressa bem o que explicitamos é “O Infante”:

I

O INFANTE

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma.

E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.

Quem te sagrou criou-te português.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumpru-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!
(Pessoa, 2010, p. 55)

Nesse poema, fica claro o papel de destinador concretizado pela instância divina, que, com a finalidade de realizar um PN (“...que a terra fosse toda uma / Que o mar unisse, já não separasse”), manipula o sujeito Portugal (por metonímia, o Infante) e doa-lhe a competência modal, etapa concretizada como ritual religioso (“Sagrou-te”). A manipulação que estabelece o contrato é ainda concretizada em versos como: “Quem te sagrou criou-te português/ Do mar e nós em ti nos deu sinal”. O PN de descobertas e de superação dos limites da navegação, transformação que nessa ótica libera o homem europeu das amarras da natureza, compreende, assim, uma performance que o sujeito realiza como instrumento divino na Terra e com vistas a um (pretensão) benefício de toda a humanidade.

Tal performance se revela no poema “O Infante” de duas maneiras. Uma delas como processo gradual de desvendamento do mar (metonimicamente, a espuma das ondas) seja pelo uso da forma verbal no gerúndio (“desvendando”), seja pelos programas de uso⁴ que compõem a gradação ascendente observada na segunda estrofe: “orla”, “ilha”, “continente”, “fim do mundo”, culminando com a “terra inteira”. A outra, ligada a uma ideia de fatalismo, se revela como uma ação pontual e acabada: “Cumpru-se o Mar”, parecendo estar ligada a um fazer persuasivo do sujeito, que, dirigindo-se ao destinador, busca convencê-lo de que cumpriu sua parte no contrato (realizou a performance) e, por isso, merece a retribuição (“Senhor, falta cumprir-se Portugal”).

Se as descobertas da navegação portuguesa estão ligadas a uma messianidade de Portugal, isso não se dá com outras nações, diminuídas pelo fato de não participarem do contrato com a divindade. É disso que trata o texto a seguir:

⁴Por programas de uso, a Semiótica entende as transformações mais simples que constituem uma transformação maior, mais complexa ou, na metalinguagem da teoria, um programa de base (cf. Greimas; Courtés, 2008, p. 388-390). É o caso do desvendamento do mar pelos portugueses, programa que envolve a gradação indicada.

VI

OS COLOMBOS

Outros haverão de ter
O que houvermos de perder.
Outros poderão achar
O que, no nosso encontrar,
Foi achado, ou não achado,
Segundo o destino dado.

Mas o que a eles não toca
É a Magia que evoca
O Longe e faz dele história.
E por isso a sua glória
É justa auréola dada
Por uma luz emprestada.
(Pessoa, 2010, p. 61)

Nesse poema, o simulacro de contrato que configura a eleição transcendente de Portugal pode ser observado na distinção entre um nós/portugueses e um desvalorizado outros: os Colombos, ao mesmo tempo uma referência ao navegador espanhol e uma generalização, por metonímia, para navegantes/reinos (“Outros haverão de ter/ O que houvermos de perder /... auréola dada /Por uma luz emprestada”). Dá-se no texto o PN da sanção: os demais navegadores são reconhecidos como antissujeito, já que a performance (descobertas da navegação) que eventualmente realizam não está ligada a um contrato com o destinador transcendente (“...o que a eles não toca / É a Magia que evoca/ O Longe e faz dele história”).

O fazer interpretativo que leva a essa sanção remete às modalidades veridictórias⁵. No poema, o narrador promove o desvelamento de um estado ilusório (parecer + não ser): no nível do parecer, o sujeito demonstra ter o favor divino, algo concretizado como “glória” e “auréola dada”; no nível do ser, no entanto, a glória e a auréola não provêm da instância divina, sendo consideradas apenas “justa auréola dada /Por uma luz emprestada”. Elas não são, portanto, reconhecidas como autênticas, como retribuição da parte de um destinador divino. Em última análise, essa sanção negativa do outro reafirma o simulacro de contrato entre o sujeito (Portugal) e o destinador divino, o que leva aquele a tomar seu percurso como a expressão da intenção divina, algo que o tornaria merecedor de uma retribuição da parte do destinador Deus.

⁵As modalidades veridictórias, que atuam no fazer interpretativo, articulam-se, como categoria modal, em /ser/ vs. /parecer/. Temos, portanto, dois eixos: o da imanência (ser e não ser) e o da manifestação (parecer e não parecer). Lembramos que, por meio das modalidades veridictórias, a Semiótica greimasiana substitui o problema da verdade pelo da veridicção – ou do dizer verdadeiro (cf. Barros, 1988, p. 55-56).

Observamos até aqui que, em *Mensagem*, o passado retomado apresenta, de um lado, uma espécie de estabelecimento de contrato graças a uma constituição tida como transcendente, que leva Portugal a assumir um dever em relação ao destinador divino, representando seus interesses na Terra; de outro, a referência a uma performance tida como solicitada/exigida pelo contrato: conquistar o mar. Essas duas etapas se revelam, em especial, nas duas primeiras partes da obra: “Brasão” e “Mar Português”, respectivamente.

Os elementos apontados configuram uma retomada do passado de Portugal a partir do messianismo português, que se completa, no entanto, com a espera messiânica. Com efeito, não há messianismo sem uma projeção de redenção em um futuro tido como próximo. É essa característica que passaremos a destacar.

Os poemas que vão explorar, na obra, a espera messiânica são, em especial, os últimos da segunda parte e os da terceira parte como um todo. Esta, cabe lembrar, recebe o nome de “O encoberto”, referência à figura messiânica que, desde Bandarra, povoa o imaginário português, como explicamos na Introdução.

Em textos das partes em questão, é possível perceber o sujeito em busca da retribuição tida como próxima e mesmo merecida, em função da performance realizada. No já comentado poema “O Infante”, isso pode ser visto nos versos: “Cumpriu-se o Mar, e o império se desfez / Senhor, falta cumprir-se Portugal!”. No entanto, o texto que vai explorar mais claramente o fazer persuasivo dirigido à instância divina e a busca da retribuição pelo sujeito é “Prece”, poema que fecha a parte “Mar Português”, sugerindo o caráter perfectivo, acabado da performance exigida pelo contrato com o destinador transcendente, o que deixaria no horizonte a possível sanção. Vejamos o poema:

XII

PRECE

Senhor, a noite veio e a alma é vil.
Tanta foi a tormenta e a vontade!
Restam-nos hoje, no silêncio hostil,
O mar universal e a saudade.

Mas a chama, que a vida em nós criou,
Se ainda há vida ainda não é finda.
O frio morto em cinzas a ocultou:
A mão do vento pode erguê-la ainda.

Dá o sopro, a aragem? ou desgraça ou ânsia?,
Com que a chama do esforço se remoça,
E outra vez conquistemos a Distância?
Do mar ou outra, mas que seja nossa!
(Pessoa, 2010, p. 69)

O fazer persuasivo empreendido pelo sujeito em relação ao destinatador ocorre como súplica que lembra a performance já realizada (“Tanta foi a tormenta e a vontade! Restam-nos hoje... O mar universal”). É possível notar que o aspecto acabado da performance significa, paralelamente, um ostracismo para o sujeito Portugal, que, por isso, solicita uma espécie de restabelecimento do contrato: figurativamente reacender a “chama”. A possível doação modal é figurativizada como “sopro” e “aragem” (“Dá o sopro, a aragem... Com que a chama do esforço se remoça”), o que permitiria ao sujeito novamente retomar o seu percurso e sua proeminência no mundo (“E outra vez conquistemos a Distância”). Lamenta-se aqui justamente a não diferenciação entre um nós/Portugal e os outros países, como se vê, sobretudo, na referência ao “mar universal” (de todos, em oposição ao anterior “mar português”), o que explica o desejo de distinção, proeminência para Portugal (“... Conquistemos a Distância - /Do mar ou outra, mas que seja nossa”).

O poema “Prece” ressalta, assim, o fazer persuasivo do sujeito em busca de retribuição: a retomada de uma proeminência análoga à do passado. Essa expectativa própria da espera messiânica, por sua vez, está ancorada na crença em uma condição de nação eleita. Isso fica ainda mais evidente no poema que, símbolo maior do messianismo português, dá nome à terceira parte: “O Encoberto”.

Quinto

O ENCOBERTO

Que símbolo fecundo

Vem na aurora ansiosa?

Na Cruz Morta do Mundo

A Vida, que é a Rosa.

Que símbolo divino

Traz o dia já visto?

Na Cruz, que é o Destino,

A Rosa, que é o Cristo.

Que símbolo final

Mostra o sol já desperto?

Na Cruz morta e fatal

A Rosa do Encoberto.

(Pessoa, 2010, p. 82)

Nesse texto, a identificação do Encoberto com o Cristo se dá graças à figura da Rosa, que, de acordo com Quesado (1999, p. 148), é um símbolo esotérico para a vida. Com efeito, vai-se da “Vida que é Rosa”, passa-se pela “Rosa que é o Cristo” e chega-se à “Rosa do Encoberto”, em uma espécie de transferência (doação do objeto de valor vida, em termos narrativos) que sugere a ressurreição

gloriosa do Encoberto, como a do Cristo. A cruz parece ser utilizada, no poema, como o símbolo ambíguo que é na simbologia cristã, indicando a morte salvadora do Cristo e, ao mesmo tempo, seu martírio necessário (“Na Cruz, que é o Destino/ A Rosa, que é o Cristo”).

Esses símbolos retomam, assim, a história de sacrifício do Cristo, trazendo do passado (“Que símbolo divino/ Traz o dia já visto?”) o exemplo que faz crer no ressurgimento de Portugal pelas mãos do Encoberto. Aqui ecoa o verso-máxima do já citado poema “O das Quinas”: “compra-se a glória com desgraça”. A eleição implica, como no caso do Cristo, o necessário sofrimento (o destino) que antecede e assegura a vida gloriosa. Essa lógica é o que permite a geração do símbolo final (“A Rosa do Encoberto”), que já é possível observar no presente (“mostra o sol já desperto”). Assim como no caso do Cristo, esse presente é marcado por um sofrimento fatalista (“Na Cruz morta e fatal”).

Essa é a tônica da terceira parte, que culmina com o último poema da obra: “Nevoeiro”. Nele, anuncia-se a iminência do ressurgimento de Portugal, como se pode ver a seguir:

Quinto

NEVOEIRO

Nem rei nem lei, nem paz nem guerra,
Define com perfil e ser
Este fulgor baço da terra
Que é Portugal a entristecer?
Brilho sem luz e sem arder
Como o que o fogo-fátuo encerra.

Ninguém sabe que coisa quer.
Ninguém conhece que alma tem,
Nem o que é mal nem o que é bem.
(Que ânsia distante perto chora?)
Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...

É a hora!

Valete, Fratres.

(Pessoa, 2010, p. 96)

Em “Nevoeiro”, pode-se observar uma espécie de ápice do ostracismo português (“Portugal a entristecer – /Brilho sem luz e sem arder”), o que leva a um estado sem forma, caracterizado, de modo intenso, em diferentes versos (“Ninguém sabe que

coisa quer/ Ninguém conhece a alma que tem/ Nem o que é mal nem o que é bem [...]/ Tudo é incerto e derradeiro/ Tudo é disperso, nada é inteiro/ Ó Portugal, hoje és nevoeiro ...”). Esse estado revela-se análogo ao caos que precede a cosmogonia, como bem observa Quesado (1999, p. 176), autor que define com propriedade os últimos poemas dessa obra de Pessoa como voltados para o desvelamento que faz surgir, de forma mítica, a instância messiânica do Encoberto (Quesado, 1999, p. 177).

Dessa forma, tudo se passa como se, tendo havido o contrato e a performance que ele exige – o que se busca ressaltar, sobretudo, nas partes 1 e 2 de *Mensagem* –, não houvesse o que esperar senão a retribuição da parte do destinador divino, que fez de Portugal seu representante na Terra. É essa retribuição-redenção que é anunciada no poema “Nevoeiro”, no verso que fecha a obra: “É a hora!”.

Considerações finais

O que a análise do conjunto de poemas de *Mensagem* nos mostra é que o messianismo português, que atravessa a reescrita da história de Portugal por Pessoa, esteia-se em boa medida nos programas narrativos da manipulação e da sanção. Essas etapas, como ressaltamos, dão a ver um simulacro de contrato que toma o percurso do sujeito Portugal como ligado a um destinador divino, doador de uma competência modal que permite a essa nação (ou àqueles que a representam metonimicamente) agir como representante divino na Terra. É em função desse contrato – ou desse simulacro de contrato – que o sujeito Portugal assume, na obra em análise, um dever em relação ao destinador, levando-o (Portugal) a liderar a Europa nas ações ligadas à expansão ultramarina.

Já o rebaixamento de Portugal, no “agora” dos poemas, dá forma, sobretudo, a uma espera messiânica, caracterizada, nesse caso, como a véspera de uma retribuição que recolocaria Portugal em uma posição de proeminência em relação às demais nações europeias. O “agora” da espera messiânica, por isso, na perspectiva do messianismo português expresso na obra, é marcado por uma não diferenciação do nós-portugueses em relação às demais nações (presente) e pela expectativa (futuro) de retomada de uma proeminência de Portugal no mundo (passado).

Essas são, pois, as estruturas que permitem desvelar a história de Portugal, a partir do messianismo português, em *Mensagem*, de Fernando Pessoa, reelaboração que apresenta um triplo e articulado movimento, como dissemos. Com efeito, na obra, o passado é retomado de modo mítico não apenas para dar um sentido transcendente ao presente, ao inseri-lo em uma narrativa maior comandada pela instância divina, mas também (e sobretudo) para se tornar fiador do próprio futuro de Portugal, de sua crença em uma vindoura retomada de seu lugar grandioso no mundo. ●

Referências

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso*. Fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988.
- BERTRAND, Denis. *Caminhos da semiótica literária*. Trad. Grupo Casa. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

- EMERY, Bernard; PEREIRA, Brigitte. L'aura messianique d'un petit peuple intrépide (texto de introdução). In: VIEYRA, Antoine. *Histoire du futur*. Grenoble: Ellug/Université Stendhal, 2015. p. 18-26.
- FERRAZ, Heitor. Vida e Obra (Texto complementar). In: PESSOA, Fernando. *Mensagem*. São Paulo: Abril, 2010. p. 99-112.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1989.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Du sens II: Essais sémiotiques*. Paris: Seuil, 1983.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.
- HARAN, Alexandre. *Messianisme politique et rêve imperial en France aux XVIe et XVIIe siècles*. 1995. Tome I e II, 642f. Thèse de doctorat en Histoire, Université Paris IV-Sorbonne, Paris, 1995.
- PESSOA, Fernando. *Mensagem*. São Paulo: Abril, 2010.
- QUESADO, Clécio. *Labirintos de um livro à beira-mágoa: análise de Mensagem de Fernando Pessoa*. Rio de Janeiro: Elo, 1999.
- VIEIRA, António. *Obra completa (tomo III, volume 1): História do futuro e Voz de Deus ao mundo, a Portugal e à Baía*. Direção de José Eduardo Franco e Pedro Calafate. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

Dados para indexação em língua estrangeira

Brito, Clebson Luiz de; Lara, Glaucia Muniz Proença
A semiotical approach of Portugal messianity in *Mensagem*,
by Fernando Pessoa
Estudos Semióticos, vol. 15, n. 1, (2019)
ISSN 1980-4016

Abstract: *In the light of contributions from French Semiotics, this paper focuses on the book *Mensagem*, by the Portuguese poet Fernando Pessoa, taking as unit of meaning the set of poems that compose such a book. Our objective is to examine how the poetic elaboration of Portuguese messianism is structured in Pessoa's retrieval of the history of Portugal. In this way, we intend to demonstrate that the poet's discourse is based on a transcendent contract that distinguishes Portugal from other nations and is revealed mainly in the repeated use of the narrative programs of manipulation and sanction.*

Keywords: *Mensagem; Fernando Pessoa; portuguese messianism; semiotics.*

Como citar este artigo

Brito, Clebson Luiz de; Lara, Glaucia Muniz Proença. Uma abordagem semiótica da messianidade de Portugal em *Mensagem*, de Fernando Pessoa. *Estudos Semióticos [on-line]*. Volume 15, n. 1. Editores convidados: Oriana N. Fulaneti e Alexandre Marcelo Bueno. São Paulo, agosto de 2019, p. 181-196. Disponível em: { www.revistas.usp.br/esse }. Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento: 01/03/2019

Data de aprovação: 08/05/2019
